



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0004715-80.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **CRISTÓVÃO DE SOUZA SANTOS**
 Requerido: **LADISLAU CURSOS DE APRENDIZAGEM TREINAMENTO GER. PROF. LTDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que contratou com a ré um curso que seria ministrado a seu filho, comprometendo-se ao pagamento de mensalidades que especificou.

Alegou ainda que por motivos particulares rescindiu o contrato, não concordando com a cobrança que a ré lhe dirigiu relativamente à multa.

Já a ré em contestação não impugnou específica e concretamente as alegações do autor, especialmente quanto ao tempo faltante do curso em apreço corresponder ao pagamento de R\$ 1.200,00, divididos em dez parcelas de R\$ 120,00 cada uma.

Os argumentos que expendeu na peça de resistência, ademais, não militam em seu favor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

É evidente que o pagamento do preço ajustado se desdobrou em valores que deveriam ser quitados mês a mês, situação que se amolda perfeitamente à cobrança de mensalidades.

Como se não bastasse, e esse é o aspecto mais relevante a considerar, a ré não logrou demonstrar com segurança que ministrou até o pedido de cancelamento do contrato aulas que correspondiam ao montante de R\$ 1.111,76, ônus que lhe tocava.

O documento de fl. 26 foi unilateralmente confeccionado e por si só (vale destacar que as partes externaram a fl. 25 o seu desinteresse pelo alargamento da dilação probatória) não patenteia a prestação dos serviços na extensão propugnada pela ré.

Por fim, se assim fosse, ela não ofereceu justificativa para o encaminhamento ao autor da cobrança cristalizada a fl. 10, na medida em que encerra valor (R\$ 200,00) diverso do que aquele indicado na peça de resistência (R\$ 511,76), sem qualquer explicação.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Deverá ser proclamada a rescisão do contrato firmado entre as partes, bem como declarado o valor devido pelo autor a esse título em R\$ 120,00.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato celebrado entre as partes e para declarar o débito daí decorrente a cargo do autor no valor de R\$ 120,00.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.
P.R.I.

São Carlos, 13 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**